



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de recepção à Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil

Palácio do Planalto, 13 de dezembro de 2004

Bem, primeiro quero cumprimentar todos os integrantes da Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil,

Quero cumprimentar os meus companheiros ministros que estão aqui, Ministras,

Quero cumprimentar a senhora Isa Maria de Oliveira, secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil,

Quero cumprimentar o Jeconias, Jair, Sumaya, Tatiane, Jessica Cosme, e Phablina,

Quero cumprimentar nossas queridas crianças do Coral do Rio Grande do Norte, o Maestro,

E dizer para vocês que determinadas situações que vive o nosso país só serão resolvidas na medida em que a sociedade consiga transformar aquele problema num problema político. Eu disse isso a vida inteira e vou continuar dizendo como Presidente da República.

Primeiro, eu quero crer que seja a primeira vez que o Brasil tem uma Primeira-Dama que começou a trabalhar aos dez anos de idade, sendo pajem e, depois, aos 14, em fábrica. E tem um Presidente da República que, possivelmente, começou a vida como muitas dessas crianças, antes de entrarem no PET, vendendo coisas na rua.

E levava uma desvantagem, porque eu saía para vender, com meu irmão mais velho, e eu tinha que gritar: “Tapioca, laranja, amendoim”, e eu tinha vergonha de gritar e terminava por tomar um cascudo do meu irmão mais



velho, porque toda vez que chegava na hora de eu gritar, eu ficava com vergonha.

Eu estou dizendo isso da década de 50, portanto, esse problema do trabalho do menor, no Brasil, é uma coisa histórica e crônica, com nuances diferentes. Porque ser criança pobre, naquele tempo – eu digo sempre para os meus filhos – era menos sofrível do que hoje, porque naquele tempo, embora nós tivéssemos a mesma pobreza, a gente não tinha os problemas de violência, o problema do narcotráfico, a criminalidade que coloca muito mais em risco, a prostituição infantil. Ou seja, era menos sofrível ser pobre naquele tempo. E, também, porque a gente tinha a rua à disposição da gente para brincar, sem risco, o dia inteiro.

Eu estou convencido de que o fato de vocês resolverem sair pelo Brasil, visitando cada governador de estado, apresentando as inquietações de toda a sociedade, sobretudo das crianças e adolescentes, com o problema do trabalho infantil, da prostituição infantil, demonstra que esse fato, que antes era tido como um problema social, passa a ser visto como um problema político, na medida em que cada governante assume o compromisso, porque colocou a assinatura num documento que as crianças entregaram, de fazer mais do que nós fizemos até agora.

E todos vocês sabem que cuidar dos problemas sociais no Brasil tem sempre o agravante dos “restos a pagar”. O que são “restos a pagar”? É que se deixou acumular, durante tanto tempo esses problemas, que a cada ano que você deixa de cuidar vai ficando mais difícil, porque aumenta o número de pessoas caindo numa área de risco e fica muito mais difícil depois tentarmos resolver isso.

Tanto o Patrus como o Ricardo Berzoini mostraram os números nestes dois anos de governo. E mesmo que nós tivéssemos feito o dobro do que fizemos, ainda é pouco diante da necessidade que nós temos de fazer muito mais rápido. Eu digo sempre que o acúmulo da dívida social no Brasil é tão



grande que, por mais que a gente corra para resolver esse problema, sempre vai levar um tempo maior do que as necessidades que as pessoas têm para esperar. E qual é o nosso problema? É tentar evitar que continue crescendo o número de pessoas em situação de risco.

Vocês têm acompanhado, de vez em quando vocês têm visto críticas, algumas justas, outras não justas, ao programa Bolsa Família. E possivelmente a crítica que o Bolsa Família receba possa ser justa, dependendo do ângulo que a gente olhe. Quando nós colocamos no Programa a exigência de que uma mãe que receba o dinheiro tem que levar os seus filhos para tomar vacina e tem que colocar os seus filhos na escola, nós não estamos, como alguns dizem, tentando penalizar essa mãe ou essa criança. Pelo contrário, nós estamos tentando convencê-la de que levar as crianças para a escola, vacinar os seus filhos, é um benefício a mais que ela está conquistando. E a obrigação do governo é exigir que essas crianças vão para a escola, o mínimo que a gente pode fazer é exigir que essas pessoas consigam chegar à escola.

E mais ainda. Quando nós dobramos os recursos que as pessoas recebiam, nós vamos gastar agora, este ano, boa quantia, eu estou dizendo gastar um gasto bom, um gasto com que a gente vai ter resultado. Nós vamos atingir 6 milhões e meio de famílias, o que possivelmente vai transformar o Bolsa Família, já neste ano, em um dos maiores programas sociais de transferência de renda de qualquer país do mundo. No ano que vem, nós pretendemos chegar a 8 milhões e 700 mil famílias. E Deus queira que, se os números da geração de empregos continuarem melhorando, e nós acreditamos que o ano que vem seja muito melhor do que este ano, a gente vai ter uma diminuição no número de pessoas que precisam receber esses benefícios.

E nós sabemos que fazer esse trabalho não teria nenhum resultado se a sociedade civil não estivesse organizada em torno de uma causa. Porque é essa organização da sociedade civil que pode impulsionar a própria sociedade a denunciar o atraso de dinheiro que as pessoas têm que receber; que pode



denunciar a malversação do dinheiro que muitas vezes não chega na hora certa, no tempo certo; e que pode denunciar outras práticas de abuso das nossas crianças que, muitas vezes, na sua distância, o governo federal não tem como saber, a não ser num trabalho muito forte da sociedade, para denunciar e para exigir que o governo possa tomar as atitudes corretas.

Eu quero dizer para vocês que, ontem à noite, eu vi no programa “Fantástico” uma reportagem sobre a prostituição infantil. É outra coisa crônica, no nosso país, um caso de crime hediondo, é uma coisa violenta um ser humano abusar da pobreza de alguém, ou uma pessoa qualquer agenciar crianças e adolescentes para atender aos instintos bestiais de um ser humano que é mais irracional do que a coisa mais irracional que nós conhecemos na face da Terra.

E como é que a gente pode resolver uma situação dessas? Não é apenas com a legislação, porque a legislação punitiva já existe, as pessoas sabem que podem ser condenadas. É preciso que haja, da parte da sociedade, de empresários, de empresários do turismo, de empresários do transporte, de empresários de hotéis, o compromisso moral e ético de que nenhum deles permitiria que uma coisa dessas acontecesse; ou de um empresário de um posto de gasolina.

É preciso que haja o compromisso ético com a consciência de cada um, para, ao saber, denunciar imediatamente, para que possa o Estado, seja o poder público municipal, estadual, ou a polícia, tomar providências. Porque, senão, nós ficamos com uma lei muito bonita, muito bem feita, normalmente aprovada com maestria pelo nosso Congresso Nacional, mas as coisas acontecem nas nossas barbas e não se fica sabendo e, se fica sabendo, se demora para tomar providências.

Essa é uma ação que se a sociedade civil não assumir junto com o Estado a responsabilidade de transformar isso numa questão de honra, a gente não termina nunca com isso. Porque sempre haverá um pretexto de alguém



fazer uso de uma prática abusiva dessa, em nome... só pode ser de alguma coisa bestial que a humanidade não consegue explicar.

A nossa senadora Patrícia e a nossa deputada Maria do Rosário fizeram, junto com outros deputados, um trabalho imenso para descobrir essa questão da prostituição infantil, do abuso contra a criança e o adolescente.

Nós fizemos um ato, aqui, e nós não tivemos coragem de mostrar, aqui, tudo o que essas pessoas encontraram, porque é incontável o que se presencia neste país hoje, inclusive via Internet, coisas que é proibido contar para um público menor de 50 anos de idade, de tão grave que é o problema.

E quando se fala do trabalho infantil, a gente fala de tirar a oportunidade de uma criança poder cumprir o seu ciclo natural, que todo ser humano deveria ter: o de ter o seu tempo de brincar, o seu tempo de estudar, até que atinja o seu tempo de trabalhar e de fazer as outras opções de vida.

Eu sei que muitas crianças que trabalham, trabalham exatamente por causa da pobreza na sua família. Eu sei que muitas crianças que trabalham, trabalham porque é preciso levar alguma renda para casa.

E nós sabemos que não é apenas a questão do dinheiro ou a questão da lei. Muitas vezes é uma questão de conscientizar as pessoas, também. Porque uma mãe, se estiver minimamente preparada, se estiver minimamente escolarizada, vai fazer qualquer coisa para não permitir que o seu filho saia para trabalhar para levar dinheiro para casa.

Então, é importante que vocês saibam, eu quero que vocês saibam que os números que o Patrus citou aí podem crescer muito mais. Vocês sabem que não é problema de 100 milhões, 200 milhões, 300 milhões. O problema é que nós precisamos organizar o cadastro de todas essas pessoas que necessitam para que a gente faça fluir, com muito mais facilidade, os recursos que tem hoje e os recursos que a gente pode colocar para resolver esses problemas em definitivo.

Eu quero terminar dizendo para as crianças que eu dizia sempre o



seguinte: se nós não fizermos, vai ser difícil outros fazerem. Vai ser difícil, porque o grande desafio que nós temos no Brasil é cumprir aquilo que já foi discutido, aquilo que já foi transformado em lei, aquilo que já...Eu descobri, quando cheguei ao governo, que a merenda escolar, desde 1993, não subia um centavo; é que o seu cálculo tinha sido pensado em dólar, quando um dólar valia um real. Depois, o dólar passou a valer quatro reais e continuava com 13 centavos ainda. Quando nós aumentamos, para o ano que vem, em 40% o valor da merenda escolar, eu nunca pensei que as pessoas fossem ficar tão felizes com tão pouca coisa. Mas fazia exatamente 11 anos que não se reajustava.

Cuidar do trabalho infantil para evitar que ele se espalhe pelo Brasil mais do que já está, é obrigação do Patrus, é obrigação do ministro do Trabalho, é obrigação do ministro da Educação, é obrigação do ministro do Esporte que, com o seu programa Segundo Tempo, certamente está tirando muita criança do trabalho infantil, muita criança da rua; é responsabilidade do Presidente da República. Mas, certamente, é responsabilidade de toda a sociedade brasileira.

E eu quero terminar dizendo para vocês: não se preocupem, em nenhum momento, eu não acredito que governo nenhum consiga resolver todos os problemas sem que haja pressão da sociedade para que as coisas aconteçam. Às vezes, do Planalto deste país, se toma decisões que muitas vezes até chegarem lá em baixo, na fonte de quem precisa, demora muito tempo. Portanto, se toda a sociedade brasileira quiser pressionar o governo, da forma gostosa com que vocês estão pressionando e, sobretudo, as crianças, eu penso que a gente pode consertar o Brasil muito mais rápido do que os prognósticos determinam.

Muito obrigado pela presença de vocês. E estejam certos que nós vamos trabalhar muito mais este ano que vem e no próximo ano.